



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Manoel Viana

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MANOEL VIANA

LEI Nº 2.805 DE 15 DE JANEIRO DE 2021

CERTIFICO, que a presente Lei esteve

afixada no mural de publicações no período  
de 15/01/21 a 20/01/21.

Conforme Art. 93 da Lei Orgânica do Município.

*Autoriza o Poder Executivo Municipal a Outorgar Escritura Pública de Doação Pura e Simples de Imóveis Pertencentes ao Patrimônio Dominial do Município de Manoel Viana.*

O PREFEITO MUNICIPAL, faço saber, em disposto no artigo 56, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono e Promulgo a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar Escritura Pública de Doação Pura e Simples, até a data de 31/12/2024, a partir da data de vigência desta Lei, aos detentores e possuidores de terrenos que integram o Patrimônio Dominial do Município de Manoel Viana, RS, desde que estejam devidamente lotados no Cadastro Imobiliário do Município e quite com o Erário Municipal.

§ 1º A documentação pertinente à propiciar a doação será examinada no ato do protocolo do processo de expedição das certidões e mapeamentos necessários à formalização da escrituração.

§ 2º O Departamento de Topografia e Cadastramento Imobiliário do Município, na pessoa do Topógrafo Municipal, é o responsável pela análise da documentação comprobatória de posse e/ou titularidade, bem como pela expedição das certidões e mapeamentos necessários à confecção da escritura de doação pura e simples.

§ 3º Havendo inconsistência na documentação comprobatória de posse e/ou titularidade, o requerimento será indeferido de plano pelo Setor responsável pela análise, sendo permitido apresentação de novo pedido de doação após a regularização necessária.

§ 4º Havendo necessidade justificada, o processo contendo a documentação inconsistente será encaminhado à Procuradoria Jurídica do Município para análise e emissão de parecer por escrito sobre a viabilidade ou não da doação.

§ 5º O pedido de parecer sobre a documentação apresentada pode ser encaminhado à Procuradoria Jurídica do Município tanto pelo Interessado quanto pelo setor responsável pela primeira análise.

§ 6º Havendo necessidade, o Setor Responsável pode exigir do Interessado a apresentação de levantamento topográfico planimétrico particular do imóvel sobre o qual se pretende a doação, como forma de identificar as suas medidas e características.

§ 7º O levantamento topográfico planimétrico deve ser realizado por profissional técnico habilitado, com a devida apresentação de documento de responsabilidade técnica e deve conter mapeamento georreferenciado, memorial descritivo, dimensões das faces do lote, área quadrada do lote, distância do lote da esquina mais próxima, localização do lote no quarteirão, nomes das ruas que compõem o quarteirão e, sendo o caso, anuência dos vizinhos.

§ 8º O interessado deverá apresentar também cópia reprográfica de documento de identidade, CPF e certidão de casamento.

Art. 2º Constituem objetos da presente Lei todos os terrenos havidos pelo Município de Manoel Viana nos termos das Escrituras Públicas e Registros a seguir:

I – Escritura Pública de Doação Direta, lavrada no Tabelionato da Comarca de São Francisco de Assis – RS, em 26 de janeiro de 1994, no Livro de Transmissões nº 109, fls 167, sob o nº 13.298-017/94, pelo Tabelião Dilceu Corrêa Antunes, devidamente Matriculado sob nº R.4/8.943, da Matrícula nº 8.943, Livro nº 2 – Registro Geral, folhas 001 Vº, de 30 de dezembro de 1993, do Ofício de Registro de Imóveis

Rua Walter Jobim, nº 175 CEP 97.640-000 Fones: (55) 3256-1140, 1130